



17. Em um curso de informática, $\frac{2}{3}$ dos alunos matriculados são mulheres. Em certo dia de aula, $\frac{2}{5}$ das mulheres matriculadas no curso estavam presentes e todos os homens matriculados estavam presentes, o que totalizou 27 alunos (homens e mulheres) presentes na aula. Nas condições dadas, o total de alunos homens matriculados nesse curso é igual a
- (A) 18.
(B) 10.
(C) 15.
(D) 12.
(E) 21.

18. Após combater um incêndio em uma fábrica, o corpo de bombeiros totalizou as seguintes informações sobre as pessoas que estavam no local durante o incêndio:
- 28 sofreram apenas queimaduras;
 - 45 sofreram intoxicação;
 - 13 sofreram queimaduras e intoxicação;
 - 7 nada sofreram.

Do total de pessoas que estavam no local durante os acidentes, sofreram apenas intoxicação

- (A) 48,38%.
(B) 45,00%.
(C) 42,10%.
(D) 56,25%.
(E) 40,00%.
19. Aldo, Daniel e Eduardo são três amigos. Dois deles têm 66 anos, e sempre mentem. O outro deles tem 48 anos e sempre diz a verdade. Se Aldo disse “– A idade de Daniel não é 66 anos”, então, é correto afirmar que
- (A) Eduardo e Daniel dizem a verdade.
(B) Aldo e Eduardo mentem.
(C) Eduardo tem 48 anos.
(D) Aldo diz a verdade.
(E) Aldo tem 48 anos.

20. Observe os sete primeiros termos de uma sequência numérica: 7, 13, 25, 49, 97, 193, 385, Mantido o mesmo padrão da sequência e admitindo-se que o 100^{a} termo seja igual a x , então o 99^{a} termo dela será igual a

- (A) $\frac{x}{2} + 1$
(B) $\frac{x}{2} - 1$
(C) $\frac{x-1}{2}$
(D) $\frac{x+1}{2}$
(E) $\frac{2x-1}{4}$



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. A Constituição Federal prevê que farão parte da composição do Tribunal Superior do Trabalho, advogados e membros do Ministério Público do Trabalho que preencherem os requisitos legais e constitucionais específicos. Dentre o número total de Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, os advogados e membros do Ministério Público do Trabalho representam

- (A) 1/4.
- (B) 1/5.
- (C) 2/3.
- (D) 2/4.
- (E) 2/5.

22. Considere as seguintes matérias:

- I. Direito do Trabalho.
- II. Seguridade social.
- III. Custas dos serviços forenses.
- IV. Previdência social, proteção e defesa da saúde.

Segundo a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre as matérias indicadas APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

23. Bruna é servidora pública efetiva do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e pretende se candidatar ao cargo de Vereadora. Neste caso, se eleita, no exercício de mandato eletivo, não havendo compatibilidade de horários, Bruna será

- (A) exonerada do cargo exercido no TRT da 14ª Região para poder exercer o cargo de Vereadora, ante a incompatibilidade existente.
- (B) afastada do cargo exercido no TRT da 14ª Região, devendo obrigatoriamente receber a remuneração do cargo efetivo exercido.
- (C) afastada do cargo exercido no TRT da 14ª Região, devendo obrigatoriamente receber a remuneração do cargo de Vereadora.
- (D) afastada do cargo exercido no TRT da 14ª Região, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (E) afastada do cargo exercido no TRT da 14ª Região, devendo obrigatoriamente receber 50% da remuneração de cada cargo.

24. Henrique, servidor público efetivo do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, pretende se aposentar voluntariamente, uma vez que completou o requisito de idade mínima previsto na Constituição Federal. Neste caso, será necessário ele ter cumprido tempo mínimo de

- (A) dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (B) dez anos de efetivo exercício no serviço público e no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (C) cinco anos de efetivo exercício no serviço público e no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (D) dez anos de efetivo exercício no serviço público apenas, independentemente do tempo exercido no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (E) quinze anos de efetivo exercício no serviço público e três anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

25. De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à Câmara dos Deputados:

- I. Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- II. Aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.
- III. Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- IV. Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

Direito Administrativo

26. No que concerne à licença por motivo de doença em pessoa da família, prevista na Lei nº 8.112/1990, considere:

- I. Referida licença é sempre concedida sem prejuízo da remuneração.
- II. O prazo máximo de sua concessão, a cada período de doze meses, é de sessenta dias, não podendo, em qualquer hipótese, ultrapassar tal período.
- III. Somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.
- IV. Será concedida a cada período de doze meses, sendo o início do interstício dos doze meses contado a partir da data do deferimento da última licença concedida.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) IV.
- (C) I e III.
- (D) III.
- (E) II e IV.



27. Manoel e Manoela, além de irmãos, são partes interessadas no mesmo processo administrativo em curso perante a Administração Pública Federal. No curso do feito, Manoel desistiu do pedido. Em razão disso, a Administração estendeu a desistência a ambas as partes e extinguiu o processo. Em outro processo administrativo, a parte interessada, Ricardo, também desistiu do seu pedido, o que foi negado pela Administração por considerar que o interesse público justificava a continuidade do feito. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, a conduta da Administração Pública Federal está
- (A) incorreta apenas no segundo caso, pois a desistência do pedido diz respeito a direito disponível da parte e deve ser prontamente acolhida pela Administração.
- (B) correta em ambos os casos.
- (C) incorreta em ambos os casos, pois não é cabível desistência em processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- (D) incorreta apenas no primeiro caso, pois a desistência atinge somente quem a formulou.
- (E) incorreta no primeiro caso, vez que a lei veda duas partes no mesmo processo administrativo e também incorreta no segundo processo, pois não é possível contrariar o interesse da parte, haja vista tratar-se de direito disponível.
28. Carlos é Diretor de autarquia federal desde o ano de 2014, sendo que, para tomar posse e entrar em exercício no respectivo cargo, apresentou a declaração de seus bens, bem como dos valores que compõem o seu patrimônio, que foi devidamente arquivada no serviço pessoal competente. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, a declaração de bens é atualizada
- (A) anualmente, não sendo necessária a atualização quando o agente público deixar o exercício do cargo, emprego ou função, pois a atualização periódica é suficiente para o controle do patrimônio do agente público.
- (B) apenas na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função, pois a lei exige a apresentação da declaração no ingresso e sua atualização no momento da saída do agente público.
- (C) semestralmente, não sendo necessária a atualização quando o agente público deixar o exercício do cargo, emprego ou função, pois a atualização periódica é suficiente para o controle do patrimônio do agente público.
- (D) semestralmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- (E) anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
29. O Estado do Acre realizou procedimento licitatório na modalidade concorrência para a construção de vultosa obra pública. Após o encerramento do certame e a contratação da empresa vencedora, iniciou-se a fase da execução contratual. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, a execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, que
- (A) poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução da obra, desde que também autorizado pela Administração.
- (B) é dispensável.
- (C) deverá obrigatoriamente ser desenvolvido antes da execução da obra.
- (D) deverá obrigatoriamente ser desenvolvido após a execução da obra.
- (E) poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução da obra, não sendo necessário autorização da Administração, pois decorre de previsão legal.
30. Nos termos da Lei nº 10.520/2002, a equipe de apoio do pregão deverá ser integrada
- (A) em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, obrigatoriamente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
- (B) apenas por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
- (C) em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
- (D) apenas por servidores ocupantes de cargo em comissão, obrigatoriamente pertencentes ao quadro do órgão ou entidade promotora do evento.
- (E) apenas por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, não se exigindo que sejam do quadro do órgão ou entidade promotora do evento.
- Direito do Trabalho**
31. O Tribunal Superior do Trabalho editou a Súmula de Jurisprudência de nº 212, segundo a qual o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois determinado princípio do Direito do Trabalho constitui presunção favorável ao empregado. O referido princípio é o da
- (A) indisponibilidade dos direitos trabalhistas.
- (B) continuidade da relação de emprego.
- (C) flexibilização das normas trabalhistas.
- (D) intangibilidade salarial.
- (E) primazia da realidade.



32. O termo “fonte do direito” é empregado metaforicamente no sentido de origem primária do direito ou fundamento de validade da ordem jurídica. No Direito do Trabalho, o estudo das fontes é de relevada importância, subdividindo-se em algumas modalidades. Assim sendo, considera-se fonte formal heterônoma do Direito do Trabalho:
- (A) As convenções coletivas de trabalho firmadas entre sindicatos de categorias profissional e econômica.
 - (B) Os acordos coletivos de trabalho firmados entre uma determinada empresa e o sindicato da categoria profissional.
 - (C) As greves de trabalhadores por reajuste salarial de toda a categoria.
 - (D) Os fenômenos sociais, políticos e econômicos que inspiram a formação das normas juslaborais.
 - (E) A sentença normativa proferida em dissídio coletivo.
33. Quanto aos institutos jurídicos denominados “relação de trabalho” e “relação de emprego” é correto afirmar:
- (A) A relação de emprego é uma espécie do gênero relação de trabalho.
 - (B) Possuem características idênticas, podendo se afirmar que são expressões sinônimas.
 - (C) A relação de trabalho é modalidade derivada da relação de emprego.
 - (D) Não há relação de trabalho se não houver relação de emprego.
 - (E) São institutos independentes e não guardam nenhuma relação entre si.
34. Com relação ao trabalhador doméstico, conforme legislação que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico é INCORRETO afirmar:
- (A) É vedada a contratação de menor de dezoito anos para desempenho de trabalho doméstico, de acordo com a Convenção 182 da OIT e com o Decreto nº 6.481/2008.
 - (B) O salário-hora normal, em caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal por 220 horas, salvo se o contrato estipular jornada inferior que resulte em divisor diverso.
 - (C) É facultada a contratação, por prazo determinado, do empregado doméstico para atender necessidades familiares de natureza transitória, ficando a duração do contrato limitada ao término do evento que motivou a contratação, obedecido o limite máximo de 1 ano.
 - (D) É possível a realização de contrato de experiência, podendo ser prorrogado uma vez, desde que somados os dois períodos não ultrapasse 90 dias.
 - (E) É facultado às partes, mediante acordo escrito entre essas, estabelecer horário de trabalho de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.
35. Os contratos individuais de trabalho são bilaterais e consensuais. Entretanto é possível ocorrer alterações, suspensão e interrupção desses contratos, sendo correto que:
- (A) Será sempre lícita a alteração unilateral das condições contratuais quando houver comprovada dificuldade financeira econômica do empregador e a prévia comunicação ao sindicato da categoria profissional.
 - (B) É considerada alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
 - (C) Havendo suspensão ou interrupção do contrato, ao empregado afastado não serão asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia a empresa.
 - (D) É lícita a transferência do empregado para localidade diversa da que resultar do contrato acarretando a mudança de domicílio, mesmo sem a sua anuência, quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.
 - (E) A aposentadoria por invalidez não interrompe ou suspende, mas sim extingue o contrato de trabalho, ainda que o empregado recupere em 5 anos a sua capacidade laborativa e seja cancelada a sua aposentadoria pelo INSS, não ficando obrigado o empregador ao pagamento de indenização.
36. Diana, escriturária do Banco Ypisulon & Delta S/A, ficou grávida durante o curso de seu contrato de trabalho e confirmou sua gravidez a seu empregador apresentando-lhe atestado médico e exame de ultrassom. Nessa situação, por força de lei, terá estabilidade ou garantia provisória de emprego:
- (A) Somente durante os nove meses do período normal de uma gravidez.
 - (B) Desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
 - (C) Durante o prazo de 120 dias após o parto.
 - (D) Desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.
 - (E) Durante um ano contado do início da gravidez, incluindo nesse prazo o período de férias anuais.
37. Para trabalhadores que fazem a jornada legal prevista no artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal, a compensação de jornada denominada “banco de horas” sem a remuneração de horas suplementares e observada a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, será legalmente possível, desde que mediante
- (A) acordo individual, observado o período máximo de um mês e não seja ultrapassado o limite máximo de 12 horas diárias.
 - (B) acordo judicial, observado o período máximo de um ano e não seja ultrapassado o limite máximo de 12 horas diárias.
 - (C) acordo individual, observado o período máximo de seis meses e não seja ultrapassado o limite máximo de 8 horas diárias.
 - (D) acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, observado o período máximo de dois anos e não seja ultrapassado o limite máximo de 10 horas diárias.
 - (E) convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho, observado o período máximo de um ano e não ultrapasse o limite máximo de 10 horas diárias.



38. Conforme normas legais aplicáveis à espécie o direito de ação de trabalhador maior e capaz quanto aos créditos resultantes dos contratos de emprego, está sujeito a prazo
- (A) prescricional de 3 anos para o urbano e 2 anos para o rural, observado o limite de 5 anos após a extinção do contrato.
 - (B) decadencial de 2 anos, tanto para o urbano quanto para o rural, observado o limite de 3 anos após a extinção do contrato.
 - (C) prescricional de 5 anos para o urbano e o rural, observado o limite máximo de 2 anos após a extinção do contrato.
 - (D) prescricional de 2 anos para o urbano e decadencial de 2 anos para o rural, observado o limite mínimo de 5 anos da admissão contratual.
 - (E) decadencial de 5 anos para rural e 2 anos para urbano, não havendo limite relacionado a extinção do contrato.
-
- Direito Processual do Trabalho**
39. Conforme norma constitucional é competência da Justiça do Trabalho processar e julgar
- (A) ação de reparação por dano material em face do órgão previdenciário em razão de não concessão de aposentadoria por invalidez.
 - (B) demanda possessória envolvendo um sindicato de categoria profissional que alega ser proprietário do prédio onde está estabelecido o Sindicato da respectiva categoria econômica.
 - (C) ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
 - (D) execuções, de ofício, de imposto de renda dos diretores não empregados de sociedades anônimas que mantém relação de trabalho com essas empresas.
 - (E) ação ordinária de trabalhador em face da Caixa Econômica Federal em razão de não ter sido autorizada movimentação de sua conta vinculada do FGTS.
-
40. Apolo, auditor empregado da empresa de auditoria externa Fenix S/A, foi dispensado por justa causa diante da alegação de desídia no desempenho das suas funções. O trabalhador pretende ajuizar reclamatória trabalhista questionando o motivo da rescisão e postulando o pagamento de verbas rescisórias e horas extraordinárias não remuneradas. No caso, trata-se de empregador que promove realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho. De acordo com as regras de competência territorial Apolo deverá ingressar com a ação:
- (A) Somente no local da prestação de serviços.
 - (B) No foro de celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços.
 - (C) Não havendo regras na Consolidação das Leis do Trabalho sobre a matéria, poderá escolher qualquer comarca do Estado em que tem seu domicílio.
 - (D) No foro de eleição previsto no contrato de trabalho firmado entre as partes.
 - (E) Na sede da empresa ou na capital do Estado em que ocorreu a contratação.
-
41. Como o Estado não pode assumir todos os encargos para satisfação dos gastos da administração da justiça, no processo trabalhista, como regra, as partes estão sujeitas ao pagamento de custas. Entretanto, por força da lei, estão isentos do pagamento de custas nos processos que tramitam na Justiça do Trabalho:
- (A) As instituições de beneficência, associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos.
 - (B) As entidades de caráter religioso declaradas de utilidade pública em nível federal.
 - (C) Os empregadores domésticos em razão da ausência de finalidade lucrativa do trabalho doméstico.
 - (D) As empresas públicas e sociedades de economia mista federais.
 - (E) As autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica.
-
42. A Teoria Geral do Processo conceitua a nulidade como sendo uma sanção pela qual a lei priva um ato jurídico dos seus efeitos normais, quando em sua execução não são observadas as formas ou requisitos para ele prescritas. Entretanto, diante da informalidade do processo do trabalho, em relação às nulidades é correto que
- (A) só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
 - (B) as partes litigantes podem arguir as nulidades a qualquer momento processual, cabendo-lhes a escolha do momento processual que entendam oportuno.
 - (C) a nulidade será declarada mesmo que for possível suprir-lhe a falta ou repetir o ato, uma vez que o ato já foi realizado e se consolidou.
 - (D) a nulidade deverá ser pronunciada ainda que tenha sido arguida pela parte litigante que lhe originou ou lhe deu causa.
 - (E) o juiz que pronunciar a nulidade não precisa declarar os atos a que ela se estende porque a nulidade de um ato prejudica os atos anteriores a este.
-
43. O Princípio da oralidade é de suma importância no processo do trabalho, daí por que as audiências são o ponto forte do procedimento de uma reclamatória trabalhista em primeiro grau de jurisdição. Sobre audiências é correto afirmar:
- (A) O não comparecimento do reclamante em Audiência Inicial ou Una importa em revelia, além da confissão quanto à matéria fática.
 - (B) Serão públicas como regra e realizadas em dias úteis previamente fixados, entre oito e dezoito horas, não podendo ultrapassar cinco horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.
 - (C) Caso o juiz não houver comparecido em até dez minutos após a hora marcada para a audiência, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.
 - (D) O não comparecimento do reclamado em Audiência Inicial ou Una importará em remarcação da mesma por uma única vez, para garantir a ampla defesa e o contraditório, arcando a parte ausente com multa fixada pelo juiz.
 - (E) Terminada a apresentação da defesa do reclamado em audiência o juiz deverá suspender a sessão e marcar nova audiência para que o reclamante possa apresentar sua réplica e indicar as provas que pretende produzir, sob pena de nulidade processual.



44. A Consolidação das Leis do Trabalho prevê algumas regras que diferenciam os tipos procedimentais das ações que tramitam na Justiça do Trabalho, notadamente quanto ao número de testemunhas que cada parte pode indicar para oitiva em audiência. Assim, para os ritos sumaríssimo, ordinário e inquérito judicial para apuração de falta grave, o número de testemunhas será, respectivamente,

- (A) três – quatro – cinco.
- (B) duas – três – três.
- (C) três – cinco – seis.
- (D) duas – cinco – cinco.
- (E) duas – três – seis.

45. A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta um capítulo próprio com disposições específicas sobre o tema execução, segundo as quais:

- (A) As contribuições sociais devidas em decorrência de sentença condenatória não serão executadas *ex officio* devendo ser instaurado procedimento próprio pelo órgão previdenciário e remessa de carta de execução para a Justiça Federal.
- (B) Garantida a execução terá o executado o prazo de 10 dias para apresentar embargos, cabendo ao exequente mais 10 dias para impugnação.
- (C) A matéria de defesa em embargos à execução ficará restrita às alegações de quitação da dívida exequenda, cabendo apenas prova documental e não há previsão de prova oral em audiência.
- (D) Os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia são considerados títulos executivos extrajudiciais que são executados na Justiça do Trabalho.
- (E) A execução pelo não pagamento de uma prestação não compreenderá as que lhe sucederem, nos casos de execução de prestações sucessivas por tempo determinado.

46. A respeito do Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJe-JT, conforme Resolução 136/2014 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT e Portaria TRT14 nº 151 de 6/2/2014 é INCORRETO afirmar:

- (A) A apresentação de defesa oral em audiência no âmbito do TRT14 não elide a obrigatoriedade da parte ter realizado a anexação dos documentos previamente pelo PJe-JT, mesmo nas hipóteses do *jus postulandi*.
- (B) O acesso ao sistema PJe-JT mediante identificação de usuário (*login*) e senha, será exclusivamente para visualização de autos, exceto nas hipóteses de sigilo ou segredo de justiça.
- (C) O credenciamento de advogados no sistema dar-se-á pela identificação do usuário por meio de seu certificado digital e remessa do formulário eletrônico disponibilizado no portal de acesso ao PJe-JT, devidamente preenchido e assinado digitalmente.
- (D) A indisponibilidade do sistema PJe-JT será considerada pela falta de oferta ao público externo, diretamente ou por meio de *WebService*, dos serviços de consulta aos autos digitais ou a transmissão eletrônica de atos processuais.
- (E) As indisponibilidades ocorridas entre 0h e 6h dos dias de expediente forense e as ocorridas em feriados e finais de semana, a qualquer hora, não produzirão o efeito de prorrogação dos prazos que vencerem no dia da ocorrência de indisponibilidade.

Direito Civil

47. Para se alterar o estatuto de uma fundação, é mister que a reforma não contrarie ou desvirtue o fim desta e seja deliberada

- (A) pela maioria simples dos competentes para gerir e representar a fundação, devendo, ainda, ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.
- (B) pela unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação, devendo, ainda, ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.
- (C) por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação, devendo, ainda, ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.
- (D) por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação, devendo, ainda, ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, sem possibilidade de suprimento judicial a requerimento do interessado no caso de denegação.
- (E) pela unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação, devendo, ainda, ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, sem possibilidade de suprimento judicial a requerimento do interessado no caso de denegação.

48. Nos termos preconizados pelo Código Civil são considerados bens imóveis para os efeitos legais, dentre outros,

- (A) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- (B) o direito à sucessão aberta.
- (C) os direitos reais sobre objetos móveis e respectivas ações.
- (D) as energias que tenham valor econômico.
- (E) os materiais provenientes da demolição de algum prédio.

49. Sobre a invalidade do negócio jurídico, considere:

- I. É de cinco anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico no caso de coação contado do dia em que ela cessa.
- II. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- III. O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
- IV. É escusada a confirmação expressa, quando o negócio já foi cumprido em parte pelo devedor, ciente do vício que o inquinava.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e IV.



<p>50. Ricardo ajuizou ação de indenização contra Pedro, julgada procedente pela Justiça. Na fase de instrução Ricardo foi obrigado a custear o perito judicial Flavio, responsável pela elaboração de laudo de engenharia, pagando para o mesmo a quantia de R\$ 5.000,00. O prazo prescricional para Ricardo haver do vencido Pedro o valor despendido em juízo, nos termos estabelecidos pelo Código Civil, será de</p> <p>(A) 3 anos. (B) 4 anos. (C) 5 anos. (D) 10 anos. (E) 1 ano.</p>	<p>54. No que se refere à ação rescisória, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Civil, analise as seguintes assertivas:</p> <p>I. O ajuizamento de ação rescisória não impede, em regra, o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo.</p> <p>II. O direito de propor ação rescisória se extingue em dois anos, contados do trânsito em julgado da decisão.</p> <p>III. A petição inicial deverá ser elaborada com as observâncias dos requisitos previstos no Código de Processo Civil, devendo o autor depositar a importância de 2% sobre o valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível, ou improcedente.</p>
<p>51. Sobre a transação, na esteira do que estabelece o Código Civil, é correto afirmar:</p> <p>(A) A transação só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa.</p> <p>(B) É inadmissível a pena convencional na transação.</p> <p>(C) A transação concernente a obrigações resultantes de delito extingue, em regra, a ação penal pública.</p> <p>(D) A transação não aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervierem, salvo se disser respeito a coisa indivisível.</p> <p>(E) A transação não é interpretada restritivamente, e por ela se transmitem, declaram ou reconhecem direitos.</p>	<p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II e III, apenas. (B) I, apenas. (C) I, II e III. (D) I e II, apenas. (E) II, apenas.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p>	<p>55. Sobre a informatização do processo judicial, de acordo com a Lei Federal nº 11.419/2006, é INCORRETO afirmar:</p>
<p>52. Paulo firmou contrato de locação residencial com Arthur pelo prazo de trinta meses. Manoel e Patrícia, genitores de Arthur, são os fiadores. Findo o prazo estabelecido em contrato Arthur desocupou o imóvel, mas deixou de pagar os últimos três alugueres e demais encargos locatícios. Paulo resolve ajuizar ação de cobrança contra Manoel e Patrícia. Neste caso, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Civil, Manoel e Patrícia</p> <p>(A) deverão apresentar oposição contra o devedor principal Arthur.</p> <p>(B) deverão obrigatoriamente denunciar a lide ao devedor principal Arthur.</p> <p>(C) poderão denunciar a lide ao devedor principal Arthur.</p> <p>(D) poderão nomear à autoria o devedor principal Arthur.</p> <p>(E) poderão proceder ao chamamento ao processo do devedor principal Arthur.</p>	<p>(A) Criado o Diário da Justiça Eletrônico pelos Tribunais, os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.</p> <p>(B) É aplicada a Lei Federal nº 11.419/2006, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.</p> <p>(C) Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até às 19 horas do seu último dia, quando ocorre o fechamento do expediente forense.</p> <p>(D) As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma da referida Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.</p> <p>(E) Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida na referida Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.</p>
<p>53. Maurício ajuizou ação de cobrança, pelo rito ordinário, contra Manoel e Joaquim, objetivando o recebimento da quantia de R\$ 45.000,00 em decorrência de um contrato de prestação de serviços. Manoel e Joaquim são devidamente citados e constituem advogados diferentes. Neste caso, o prazo para apresentação de contestação e reconvenção será de</p> <p>(A) 15 dias. (B) 30 dias. (C) 15 e 30 dias, respectivamente. (D) 30 e 15 dias, respectivamente. (E) 10 dias.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Administração Pública</p> <p>56. O sistema de gestão de excelência adotado no Modelo Referencial da Gestão Pública, integrante do Instrumento para Avaliação da Gestão Pública do Programa Gespública do Governo Federal, é baseado no</p> <p>(A) Ciclo PDCA. (B) <i>Balanced Scorecard</i> – BSC. (C) Programa 5S. (D) Mapa Estratégico. (E) Gerenciamento pelas Diretrizes – GDP.</p>



57. Os indicadores são instrumentos metodológicos que permitem identificar e mensurar aspectos relacionados a certo conceito, situação, fenômeno, problema ou mesmo resultado de uma determinada intervenção na realidade social. Sobre os componentes básicos de um indicador, é correto afirmar:
- (A) *Medida* é o valor de um indicador em determinado momento.
 - (B) *Fórmula* é a grandeza qualitativa ou quantitativa que permite classificar as características, os resultados e as consequências dos produtos, processos ou sistemas.
 - (C) *Índice* é o padrão matemático que expressa a forma de realização do cálculo.
 - (D) *Padrão* de comparação é o padrão matemático que expressa a forma de realização do cálculo.
 - (E) *Meta* é um número orientado por um indicador em relação a um padrão de comparação a ser alcançado durante certo período.

58. De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é INCORRETO afirmar:

- (A) Compreende as metas e prioridades da Administração pública.
- (B) Orienta a elaboração do Plano Plurianual – PPA e da Lei Orçamentária Anual – LOA.
- (C) Dispõe sobre alterações na legislação tributária.
- (D) Compreende as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- (E) Estabelece as políticas para as agências financeiras oficiais de fomento.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

59. Em relação à posse dos Magistrados, o Regimento Interno do TRT da 14ª Região estabelece que

- (A) será perante o Presidente da República.
- (B) deverá ocorrer dentro de 15 dias, contados da publicação do ato de nomeação.
- (C) poderá ser perante o Presidente do Tribunal no caso de recesso, ato que deve ser referendado em sessão solene.
- (D) o termo de posse será lavrado em livro próprio e publicado em órgão oficial ou em jornal de grande circulação regional.
- (E) o termo de posse deverá ser assinado pelo Presidente e Vice-Presidente do Tribunal, pelo empossado e por todos os Desembargadores presentes na sessão.

60. Considere os seguintes atos:

- I. Julgar ação rescisória.
- II. Deliberar sobre a retirada de processo de pauta para diligências.
- III. Julgar recursos ordinários.

Nos termos do Regimento Interno do TRT da 14ª Região, a competência para os atos mencionados é, correta e respectivamente,

- (A) do Tribunal Pleno, da Presidência e das Turmas.
- (B) das Turmas, do Tribunal Pleno e das Turmas.
- (C) das Turmas, das Turmas e do Tribunal Pleno.
- (D) do Tribunal Pleno, do Tribunal Pleno e das Turmas.
- (E) do Tribunal Pleno, da Presidência e do Tribunal Pleno.

**DISCURSIVA-TEMA JURÍDICO****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo x, itens:

“10.7. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Tema Jurídico que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.8. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva pela Banca Examinadora. 10.9. Na Prova Discursiva deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.10. A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).”

Observação:

– NÃO é necessária a colocação de título na Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos.

Lei Complementar nº 150/2015: O trabalho extraordinário do empregado doméstico e a compensação de jornada de trabalho

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30